

## A Inteligência Artificial na Aplicação do Direito

### **Autor(es)**

Adelia Pereira Da Silva

Habib Ribeiro David

Gabrielle Cananda Azevêdo Melo

### **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

### **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

### **Introdução**

A Inteligência Artificial (IA) tem transformado profundamente o campo do Direito, oferecendo novas ferramentas para análise jurídica, automação de tarefas e apoio à tomada de decisões. Seu uso tem se expandido em tribunais, escritórios de advocacia, departamentos públicos e plataformas digitais, promovendo maior eficiência, precisão e acessibilidade à Justiça. A IA jurídica pode realizar desde a triagem automática de processos, análise de jurisprudência e elaboração de minutas contratuais, até a previsão de decisões judiciais com base em grandes volumes de dados. Os sistemas baseados em IA, como os algoritmos de aprendizado de máquina e processamento de linguagem natural, são capazes de interpretar textos legais e identificar padrões complexos.

### **Objetivo**

O objetivo deste trabalho é investigar e compreender de forma crítica a aplicação da Inteligência Artificial (IA) no campo do Direito, explorando seus impactos nas atividades jurídicas e no funcionamento do sistema judiciário brasileiro. Pode contribuir para a celeridade e eficiência dos processos, elas promovem maior acesso à Justiça.

### **Material e Métodos**

Este trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, utilizando-se o método dedutivo. A investigação teve como base principal a análise bibliográfica e documental, buscando compreender a aplicação da Inteligência Artificial no campo jurídico a partir de fontes teóricas e práticas.

Foram consultados livros, artigos científicos, teses, legislações, pareceres jurídicos e relatórios técnicos publicados por órgãos como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Supremo Tribunal Federal (STF), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), além de revistas e portais especializados em Direito e Tecnologia. Também foram analisadas plataformas que aplicam IA em ambientes jurídicos, como o sistema VICTOR (utilizado no STF) e softwares de juramentaria utilizados em escritórios de advocacia e tribunais.

O objetivo foi identificar a aplicação real da IA no sistema judiciário brasileiro.

### **Resultados e Discussão**

#### **Resultados e Discussão**

A pesquisa revelou que a IA já está presente em diversos segmentos do Judiciário brasileiro, como o uso do sistema Victor no STF, que auxilia na triagem de processos com repercussão geral. Escritórios de advocacia utilizam softwares jurídicos que agilizam a produção de documentos e a análise de riscos. Contudo, também se verificam riscos associados, como a possibilidade de decisões enviesadas, discriminação algorítmica e falta de transparência no funcionamento dos sistemas. A ausência de normas específicas sobre responsabilidade civil e os limites éticos da automação jurídica reforça a necessidade de regulamentação.

### **Conclusão**

Conclui -se que A IA representa uma inovação significativa no Direito Civil, trazendo vantagens como agilidade e automação. No entanto, sua adoção exige cautela, regulamentação adequada e supervisão ética. É fundamental que os operadores do Direito estejam preparados para integrar essas tecnologias de forma responsável, preservando os princípios do Estado de Direito.

### **Referências**

#### **REFERÊNCIAS (458 caracteres)**

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.  
BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Resolução n.º 332/2020  
CATTONI, Marcelo Andrade. Inteligência Artificial e o Direito. Revista Brasileira de Direito Civil, 2023.  
SILVA, André Ramos. A Revolução Digital no Judiciário. Saraiva, 2022.